

STJ00100529

REGINA HELENA COSTA

Curso de
DIREITO TRIBUTÁRIO
CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

5ª edição
revista, atualizada e ampliada

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Cunha

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Editária de conteúdo Eveline Gonçalves Denardi

Assistência editorial Bruna Gimenez Booni

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Liano Ganiko Brito

Arte e diagramação Alda Moutinho de Azevedo

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Amanda Maria de Carvalho Anhaque

Auriana Molaquias

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Marília Carneiro

Capa Eduardo Campos - Estúdio Darshan

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão RR Donnelley

Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-61913-5

Costa, Regina Helena

Curso de direito tributário : Constituição e Código Tributário Nacional / Regina Helena Costa. – 5. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito tributário - Brasil 3. Direito tributário - Legislação - Brasil I. Título.

CDU-34:336.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2

Data de fechamento da edição: 25-11-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal

119.987.005.001

968125

101745

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Apresentação</i>	17
<i>Nota à 5ª edição</i>	19
<i>Nota à 4ª edição</i>	21
<i>Nota à 3ª edição</i>	23
<i>Nota à 2ª edição</i>	25

Parte I – Fundamentos do Direito Tributário

1. A tributação e os direitos fundamentais.....	29
1.1. Conceito de tributação.....	29
1.2. Tributação e direitos fundamentais.....	30
1.3. Escorço histórico da tributação.....	33
2. Perfil do Direito Tributário.....	36
2.1. Conceito e objeto.....	36
2.2. Autonomia.....	36
2.3. Relacionamento com outros ramos do Direito.....	38
3. Fontes do Direito Tributário.....	41
3.1. Conceito e espécies.....	41
3.2. Fontes legislativas.....	41
3.2.1. Constituição da República.....	41
3.2.2. Lei complementar.....	44
3.2.3. Lei ordinária.....	48
3.2.4. Medida provisória.....	48
3.2.5. Decreto legislativo.....	50
3.2.6. Resolução.....	50
3.3. Atos administrativos normativos.....	51
3.3.1. Decretos.....	51
3.3.2. Instruções.....	52

3.4. Jurisprudência.....	53
3.5. Doutrina.....	54

Parte II – Sistema Constitucional Tributário

1. A disciplina constitucional da tributação.....	57
1.1. O sistema tributário nacional.....	57
1.2. Normas tributárias fora do capítulo do sistema tributário nacional	61
1.3. As alterações promovidas por emendas constitucionais	63
2. Competência tributária	66
2.1. Conceito e características	66
2.2. Repartição de competências tributárias	68
2.3. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade.....	71
2.4. Bitributação e <i>bis in idem</i>	73
3. Limitações ao poder de tributar.....	74
3.1. Considerações gerais.....	74
3.2. Princípios constitucionais	75
3.2.1. Princípios gerais com especial repercussão no âmbito tributário .	77
3.2.1.1. Segurança jurídica	77
3.2.1.2. Dignidade da pessoa humana.....	78
3.2.1.3. Isonomia	79
3.2.1.4. Legalidade.....	80
3.2.1.5. Princípio republicano	81
3.2.1.6. Princípios federativo e da autonomia municipal.....	81
3.2.1.7. Moralidade.....	82
3.2.1.8. Supremacia do interesse público sobre o particular.....	83
3.2.1.9. Função social da propriedade.....	83
3.2.2. Princípios específicos	84
3.2.2.1. Legalidade tributária	85
3.2.2.2. Anterioridade da lei tributária: genérica, especial e nona-	87
gesimal.....	
3.2.2.3. Irretroatividade da lei tributária.....	91
3.2.2.4. Praticabilidade tributária	92
3.2.2.5. Não obstância do exercício de direitos fundamentais por via	94
da tributação.....	
3.2.2.6. Generalidade da tributação.....	95
3.2.2.7. Capacidade contributiva	96
3.2.2.8. Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco.....	98
3.2.2.9. Não limitação ao tráfego de pessoas e bens	100
3.2.2.10. Uniformidade geográfica, vedação da tributação diferenciada	100
da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração dos	
servidores e vedação à isenção heterônoma.....	

3.2.2.11.	Não diferenciação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.....	101
3.3.	Imunidades.....	102
3.3.1.	Conceito.....	102
3.3.2.	Classificação.....	103
3.3.3.	Imunidades genéricas.....	106
3.3.3.1.	Imunidade recíproca.....	107
3.3.3.2.	Templos de qualquer culto.....	108
3.3.3.3.	Imunidades contidas no art. 150, VI, c.....	109
3.3.3.3.1.	Partidos políticos e suas fundações.....	113
3.3.3.3.2.	Entidades sindicais de trabalhadores.....	114
3.3.3.3.3.	Instituições de educação e de assistência social.....	114
3.3.3.4.	Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.....	122
3.3.3.5.	Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a <i>laser</i>	124
3.3.4.	Imunidades específicas.....	124
4.	Tributo e suas espécies.....	128
4.1.	Conceito constitucional de tributo.....	128
4.2.	Definição legal.....	128
4.3.	Espécies.....	131
4.3.1.	Impostos.....	133
4.3.1.1.	Classificação dos impostos.....	135
4.3.2.	Taxas.....	137
4.3.2.1.	Taxa de polícia.....	138
4.3.2.2.	Taxa de serviço.....	140
4.3.2.3.	Pedágio.....	143
4.3.2.4.	Taxa e tarifa.....	144
4.3.3.	Contribuição de melhoria.....	146
4.3.4.	Empréstimo compulsório.....	149
4.3.5.	Contribuições.....	151
4.3.5.1.	Contribuições sociais.....	154
4.3.5.2.	Contribuições interventivas (CIDes).....	156
4.3.5.3.	Contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas.....	161
4.3.5.4.	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.....	162

Parte III – O CTN e Suas Normas Gerais

1.	O papel do Código Tributário Nacional.....	167
----	--	-----

2. Capacidade tributária ativa	171
3. Legislação tributária: vigência, interpretação, integração e aplicação	174
3.1. Legislação tributária	174
3.2. Vigência: conceito	179
3.2.1. Vigência no tempo	180
3.2.2. Vigência no espaço	181
3.3. Interpretação e seus métodos	182
3.4. Integração da legislação tributária	188
3.5. Aplicação da legislação tributária	190
4. Obrigação tributária	195
4.1. Obrigação tributária: principal e acessória	195
4.2. A dissensão doutrinária	196
4.3. Relação jurídica sancionatória	200
4.4. Críticas	200
5. Fato gerador	202
5.1. Fato gerador: conceito	202
5.2. A disciplina do CTN	203
5.3. A hipótese de incidência tributária e seus aspectos	209
5.3.1. Antecedente: aspectos material, espacial e temporal	210
5.3.2. Consequente: aspecto pessoal	211
5.3.2.1. Sujeito ativo	212
5.3.2.2. Sujeição passiva tributária: considerações gerais	213
5.3.2.3. Solidariedade	215
5.3.2.4. Capacidade tributária passiva	217
5.3.2.5. Domicílio tributário	219
5.3.3. Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN	220
5.3.3.1. Sucessão	223
5.3.3.2. Responsabilidade em sentido estrito	227
5.3.3.3. Substituição	230
5.3.3.4. Nossa opinião	233
5.4. Consequente: aspecto quantitativo	234
6. Crédito tributário e lançamento	238
6.1. Crédito tributário: conceito	238
6.2. Lançamento: conceito, natureza jurídica e eficácia	239
6.2.1. Critérios para o lançamento	243
6.2.2. Modalidades	247
6.2.3. O lançamento por homologação e suas peculiaridades	250
7. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	255

7.1.	Considerações gerais.....	255
7.2.	Hipóteses	258
7.2.1.	Moratória.....	258
7.2.2.	Depósito do montante integral.....	260
7.2.3.	Reclamações e recursos administrativos	263
7.2.4.	Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou de tutela antecipada.....	263
7.2.5.	Parcelamento	266
8.	Extinção do crédito tributário	268
8.1.	Introdução.....	268
8.2.	Pagamento e suas modalidades: considerações gerais	270
8.2.1.	Imputação do pagamento	273
8.2.2.	Consignação em pagamento.....	274
8.2.3.	Pagamento indevido e restituição do indébito	275
8.2.4.	Conversão de depósito em renda.....	282
8.2.5.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento	283
8.2.6.	Dação em pagamento.....	283
8.3.	Compensação.....	284
8.4.	Transação.....	287
8.5.	Remissão.....	288
8.6.	Decadência	290
8.7.	Prescrição	293
8.8.	Decisão administrativa irreformável	295
8.9.	Decisão judicial passada em julgado.....	296
9.	Exclusão do crédito tributário	298
9.1.	Considerações gerais.....	298
9.2.	Isenção: perfil constitucional	299
9.2.1.	Isenção e imunidade.....	300
9.2.2.	Espécies de isenções.....	302
9.2.3.	A disciplina do Código Tributário Nacional.....	302
9.2.4.	Isenção e alíquota zero	305
9.3.	Anistia.....	306
10.	Infrações e sanções tributárias	309
10.1.	A relação sancionatória	309
10.2.	Modalidades de sanções tributárias	309
10.3.	Sanções políticas	310
10.4.	Princípios gerais do direito sancionatório.....	311
10.5.	A disciplina do Código Tributário Nacional	314
10.6.	Denúncia espontânea	316

11. Garantias e privilégios do crédito tributário.....	320
11.1. Conceitos.....	320
11.2. A disciplina do Código Tributário Nacional.....	321
12. Administração tributária.....	330
12.1. Conceito de Administração Tributária e sua disciplina constitucional ..	330
12.2. A disciplina do Código Tributário Nacional.....	332
12.2.1. Fiscalização.....	332
12.2.2. Dívida ativa.....	342
12.2.3. Certidões negativas.....	346

Parte IV – Impostos em Espécie

1. Impostos federais.....	353
1.1. A competência da União em matéria de impostos.....	353
1.2. Imposto de Importação.....	354
1.2.1. Perfil constitucional.....	354
1.2.2. Aspectos da hipótese de incidência.....	355
1.3. Imposto de Exportação.....	357
1.3.1. Perfil constitucional.....	357
1.3.2. Aspectos da hipótese de incidência.....	358
1.4. Imposto sobre a Renda – IR.....	361
1.4.1. Perfil constitucional.....	361
1.4.2. Aspectos da hipótese de incidência.....	363
1.4.3. Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF.....	365
1.4.4. Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ.....	368
1.5. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	370
1.5.1. Perfil constitucional.....	370
1.5.2. Aspectos da hipótese de incidência.....	373
1.6. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.....	375
1.6.1. Perfil constitucional.....	375
1.6.2. Aspectos da hipótese de incidência.....	376
1.7. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	379
1.7.1. Perfil constitucional.....	379
1.7.2. Aspectos da hipótese de incidência.....	381
1.8. Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF.....	384
1.8.1. Perfil constitucional.....	384
2. Impostos estaduais.....	386
2.1. A competência dos Estados-membros e do Distrito Federal em matéria de impostos.....	386

2.2.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD	386
2.2.1.	Perfil constitucional.....	386
2.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	388
2.3.	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.....	389
2.3.1.	Considerações gerais	389
2.3.2.	Perfil constitucional.....	390
2.3.3.	O papel da lei complementar.....	394
2.3.4.	Aspectos da hipótese de incidência	396
2.4.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	400
2.4.1.	Perfil constitucional.....	400
2.4.2.	Aspectos da hipótese de incidência	401
3.	Impostos municipais	404
3.1.	A competência dos Municípios em matéria de impostos.....	404
3.2.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	404
3.2.1.	Perfil constitucional.....	404
3.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	409
3.3.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	411
3.3.1.	Perfil constitucional.....	411
3.3.2.	Aspectos da hipótese de incidência	412
3.4.	Imposto sobre Prestações de Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN.....	414
3.4.1.	Perfil constitucional.....	414
3.4.2.	O papel da lei complementar.....	416
3.4.3.	Aspectos da hipótese de incidência	418

Parte V – Noções sobre as Relações Processuais em Matéria Tributária

1.	Considerações gerais.....	425
1.1.	Introdução: existe um “processo tributário”?.....	425
1.2.	Algumas palavras sobre o controle de constitucionalidade em matéria tributária	427
2.	Aspectos do processo administrativo tributário	432
2.1.	Introdução.....	432
2.2.	A processualidade no plano constitucional.....	432
2.3.	Objeto do processo administrativo tributário.....	435
2.4.	Fases do processo administrativo tributário	435

2.5. A consulta.....	437
2.6. Perspectivas	438
3. Aspectos das ações judiciais utilizadas pelos sujeitos das relações tributárias .	439
3.1. Considerações iniciais.....	439
3.2. Tutela de urgência em matéria tributária.....	439
3.3. Ações do sujeito passivo contra o Fisco.....	440
3.3.1. Mandado de segurança	440
3.3.2. Ações anulatória e declaratória do indébito tributário	441
3.3.3. Ação de repetição do indébito	442
3.3.4. Ação de compensação	443
3.4. Ações do Fisco contra o sujeito passivo.....	444
3.4.1. Medida cautelar fiscal.....	444
3.4.2. Execução fiscal.....	445

Parte VI – Outros Temas

1. Necessidade de alterações no Imposto sobre a Renda de Pessoa Física	453
2. Ação civil pública em matéria tributária.....	455
3. Repercussão geral em matéria tributária: primeiras reflexões	462
<i>Bibliografia</i>	471
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	477